

2º ENCONTRO DOS APOSENTADOS

Em mais uma edição, Encontro de Aposentados, promovido pelo NAP, mostra participação efetiva do segmento na vida sindical e se firma como um importante espaço de debates das questões relacionadas à categoria



Foto: Maria Rosa Junges

JORNADA DE 7 HORAS

TJ rejeita pedido dos trabalhadores e perde mais uma oportunidade de mostrar, na prática, o discurso de valorização alardeado pela Administração

QUE JUSTIÇA É ESSA?

Crise no Judiciário mostra, cada vez mais, um Poder que precisa crescer em transparência e participação da sociedade

PERDAS DA CATEGORIA

50,76%

1º DE OUTUBRO DE 2011

Queremos um PCS que valorize o servidor

As discussões em torno do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Judiciário vem de longa data. Sucessivas administrações se comprometeram com a sua implantação, mas até agora continua sendo um sonho dos trabalhadores.

Nesta gestão, a categoria teve novamente a expectativa de que finalmente teria o seu Plano de Carreira. Mais do que isso. Propuseram que o mesmo fosse debatido com o conjunto dos servidores e construído com a sua participação. Nada mais justo, visto que se trata de um plano para os servidores.

Em parte, isto aconteceu. No que dizia respeito aos trabalhadores, o Sindjus/RS promoveu encontros, seminários regionais, assembleias, buscou assessoria técnica e jurídica com vasto conhecimento no assunto e construiu um substitutivo à péssima proposta da Administração.

A categoria se mobilizou e mesmo nos meses de férias, como janeiro e fevereiro, respondeu ao chamado do Sindicato e contribuiu com importantes colocações para a proposta, em encontros regionais com significativa participação.

Uma das principais reivindicações, que era a mesa de negociação, também aconteceu, mas frustrou pela falta de diálogo. Queríamos debater ponto a ponto, comparando as propostas e defen-

dendo o ponto de vista dos trabalhadores. Não foi essa mesa que tivemos. Foram quatro encontros e apenas no último tivemos acesso à Análise da Comissão.

Queremos reafirmar que buscamos um PCS que valorize o servidor e promova o crescimento profissional. Não podemos aceitar retirada de direitos e decisões que se dêem por apadrinhamento. Não é admissível um PCS que possibilite a divisão e a fragilização da categoria. Que reforce a terceirização e a utilização de mão-de-obra precarizada.

De tempos que alertamos que as mudanças propostas no Judiciário seguem a um projeto político maior, que busca a diminuição do Estado, a redução dos direitos e a desvalorização dos servidores públicos. Não concordamos com isso e lutaremos até o fim por um PCS que vá em direção oposta. Que valorize o servidor, fortaleça o Estado nas suas funções constitucionais e que resulte na qualificação e ampliação dos serviços prestados à população. E isso não se trata de vender sonhos.

E para isso desde já, clamamos toda a categoria a estar unificada e mobilizada. Esta é uma demanda que representa o futuro de todos nós e daqueles que ainda virão. Por isso, não pode ser negligenciada por nenhum servidor.

RÁPIDAS

INDENIZAÇÃO

A Uniserv (que presta serviços terceirizados) deverá pagar R\$ 70 mil de indenização por danos morais a cada um dos dois filhos de uma ascensorista que morreu em decorrência da gripe A, em julho de 2009. Ela trabalhava no Fórum Central de POA. Eles também ganharão pensão mensal equivalente a dois terços do salário recebido pela mãe, até completarem 21 anos de idade. A juíza destacou que embora não fosse possível afirmar o local do contágio, pode-se presumir que este tenha ocorrido no ambiente de trabalho, pois a atividade impunha contato com várias pessoas em lugar fechado (elevador) durante toda a jornada.

FICHALIMPA

A lei que exige ficha limpa de políticos em campanha, fechou um ano dia 29/9,

sem que se saiba ainda se valerá para as eleições de 2012. Na data, representantes da sociedade civil tentaram pressionar a Corte a validar a lei e permitir a aplicação dela nas próximas eleições municipais. A sua aplicação depende do Ministro que irá substituir Ellen Gracie no STF, por isso, a pressão para que a Presidenta Dilma Roussef escolha um substituto favorável à lei.

PISO SALARIAL

Os professores do RS estão em luta para cobrar do Governador Tarso Genro a implantação imediata do Piso Nacional do Magistério de R\$ 1.198,00 e suspensão do decreto que altera os critérios de avaliação dos professores. Neste item, os trabalhadores defenderam maior debate com a categoria, que já organiza uma greve para novembro.



Assembleia Geral

Trabalhadores do RS participarão do 8º Congresso da FENAJUD

Foto: Maria Rosa Junges



Na assembleia geral realizada dia 7 de outubro, no auditório do Sindipolo, em Porto Alegre, os trabalhadores do Judiciário escolheram os representantes do Estado que participarão do 8º Congresso da FENAJUD.

Depois de discutir a importância da participação, foi definido um grupo de 25 representantes, entre delegados e observadores. Entre os critérios de escolha, estavam a obrigatoriedade de ser filiado ao Sindicato e ter participado do 4º CONSEJU. Os nomes foram definidos levando em conta, além destes critérios, a representação por região e os aposentados.

Congresso será em novembro

O Congresso acontecerá em novembro e definirá as principais lutas em nível nacional dos servidores do

Judiciário para o próximo período, além da eleição da direção da FENAJUD.

Principais demandas

Durante a assembleia foram feitos relatos da situação das principais demandas da categoria, como data base, jornada de 7 horas e URV.

Ações individuais

A assessoria jurídica da entidade esclareceu a opção pelas ações individuais. Segundo o Dr. Jeverton Lima, assessor jurídico, a escolha por este tipo de ação é, prin-

cipalmente, pela agilidade do processo.

PEC 190

O diretor do SINJUSC, Volnei Rosalen, participou da assembleia e falou sobre atual situação da PEC 190 em nível nacional. Destacou a importância do tema, que será uma das pautas do Congresso da FENAJUD.

Neste sentido, defendeu a necessidade da participação dos trabalhadores neste que será um dos maiores congressos da Federação, com a participação de 22 Estados.

PCS: poucas mudanças

Enquanto acontecia a assembleia geral, representantes da direção do Sindjus/RS estavam reunidos com a Administração do TJRS para falar sobre o PCS. Nesta, foi apresentado um documento onde constam as Análises e Proposições da Comissão do TJ já disponível no site do Sindicato (www.sindjus.com.br).

Debate nos roteiros

A partir do conhecimento do conteúdo do documento, a assembleia deliberou que o assunto fosse debatido nos roteiros realizados pela direção. O Sindicato também irá chamar encontro com os representantes dos diversos cargos e regiões para debater a proposta.

Demanda histórica

O PCS é uma demanda dos trabalhadores do Judiciário há mais de duas décadas. Recentemente, os servidores tiveram a expectativa de que finalmente, nesta gestão, veriam aprovado o Plano. Mas não foi bem assim.

Depois de tentar impor uma proposta que não atendia as reivindicações da categoria, o TJRS abriu mesa de negociação para debater o PCS. Mas o documento apresentado agora, trás poucas mudanças.

Para os trabalhadores, o PCS tem que levar em consideração propostas apresentadas no substitutivo entregue à Comissão do TJ.

Reestruturação dos cargos do 2º Grau

A Assembleia Legislativa aprovou, dia 21/9, o PL 309/2009, que reestrutura cargos do segundo grau, criando os de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, nos serviços auxiliares do TJRS. Muitos itens do projeto, constam na proposta do PCS.

EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Servidores da Justiça do RS
Rua Quatro Jacós, 26, Porto Alegre/RS - CEP 90150-010
Fone (51) 3224.3730 • www.sindjusrs.com.br - sindjus@sindjus.com.br

Diretoria Executiva: Valter Assis Macedo, Osvaldir Rodrigues da Silva, Iara Besestil, Gilson da Cunha Braga, Valquir Laueremann Spielmann, Luiz Osmar Mendes, Luiz Carlos Passos Filho, Catarina Fátima Amaral Bolzan, Sílvia Regina Pereira Ramos, Carlos Leonel Camargo de Lima, Edson Vargas do Nascimento

Arte e diagramação: Interlig Propaganda
Jornalista Responsável: Nara Roxo (MTb 4436)
Tiragem: 4.800 exemplares
Impressão:

2º ENCONTRO DOS APOSENTADOS: grande participação mostra força do segmento

Em mais uma edição, Encontro de Aposentados mostra participação efetiva do segmento na vida sindical e se firma como um importante espaço de debates das questões relacionadas à categoria

Fotos: Maria Rosa Junges



O Núcleo dos Aposentados (NAP) do Sindjus/RS realizou, dias 30/9 e 1º/10, em Porto Alegre, o 2º Encontro dos Aposentados do Judiciário Estadual – Rio Grande do Sul. Durante dois dias, os aposentados debateram questões de ordem jurídica, saúde e qualidade de vida, relacionadas ao segmento.

Fundamental para manutenção dos direitos

No primeiro painel, apresentado pelos advogados Dr. Jeverton Lima e Bruno Freitas de Almeida, ambos da assessoria jurídica do Sindicato, foi destacada a

importância do NAP. “O Núcleo é fundamental para a preservação e manutenção dos direitos dos aposentados e das gerações futuras”, disse o Dr. Jeverton. “A grande bandeira que o NAP tem que ter é que a previdência do servidor público não é nem para dar lucro, nem para terceirizar risco, nem para investir na bolsa ou imóveis. É direito constitucional e deve ser administrado, gerido e encampado pelo estado brasileiro”.

Jeverton também alertou que os aposentados têm que estar juntos na luta contra a

meritocracia, que tende a ser implantada no serviço público. Para ele, a prática esfacela e enfraquece os trabalhadores, derruba como categoria e institui o império do individualismo.

Ações Judiciais

Em sua fala, o advogado Bruno Almeida fez um breve histórico da Previdência Social. Citou o pacote do Governador Tarso Genro, em relação ao qual já existe uma ADIn (Ação Direta de Inconstitucionalidade). Neste aspecto destacou que a culpa dos problemas não é dos pensionistas, como tenta fazer crer o governo.

“Os aposentados não são um “fardo” como tem sido vendido à sociedade. A contribuição previdenciária é de um terço para o servidor e dois terços para o Estado. Só que os recursos deste último não tem sido repassados à previdência”, alertou.

Regras mudam no meio do jogo

Ele também criticou a postura dos governos – estadual e federal – que, sem nenhum acordo com os aposentados, mudaram as regras do jogo da aposentadoria, prejudicando a todos os trabalhadores.

Da tela para a vida

A segunda parte do encontro iniciou com a apresentação do filme “Elza e Fred – Um amor de paixão”. O filme mostra a história de duas vidas que descobrem que nunca é tarde para amar nem para sonhar.

Após a apresentação do filme, a psicóloga Dra. Daniela Müller, falou sobre as etapas da vida, os conceitos de velhice biológica e cronológica, sobre o mundo em que nos inserimos e a adequação das pessoas neste mundo.

Segundo ela, envelhecer é diferente para homens e mulheres. “Mas de comum temos que todos têm medo de envelhecer”, acrescentou, lembrando que este medo está relacionado a se deparar com a idéia de finitude. Muitas situações, de acordo com a psicóloga, são ainda agravadas pela exigência de sermos sempre bonitos, jovens, ativos, mas que não vem acompanhadas da receita da felicidade.

Boa velhice

Entre as atitudes que podemos ter para melhorar a qualidade de vida e ter uma velhice melhor, estão, segundo pesquisas, praticar caridade, trabalhar com prazer e vivenciar a espiritualidade. Também, o lazer, bens materiais necessários ao conforto, equilíbrio emocional, boa saúde, preservar os relacionamentos interpessoais e a interação social. “Nem todos envelhecem da mesma maneira, mas todos podemos ter uma boa velhice”.

“O ser humano não é uma máquina”

Responsável pelo painel do segundo dia, a Dra. Jane Wolff, Médica do Trabalho do Sindjus/RS, iniciou falando sobre a medicina e seus alcances. A importância de percebermos que o ser humano não é uma máquina, uma engrenagem, na qual se faz “manutenção”. Em seguida, abriu para relatos de casos de vida, onde cada um tratou de achar a sua forma de superação. No final, ensinou a técnica do Chi Kung, um termo de origem chinesa que se refere ao trabalho ou exercício de cultivo da energia. Estes exercícios têm a finalidade de estimular e promover uma melhor circulação de energia Chi (energia vital) no corpo.

Além de aposentados do Judiciário do RS, participaram ainda do encontro representantes da Associação dos Docentes da Faculdade Federal de Pelotas (ADUFPELSS), da Associação dos Servidores da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (ASSEEC/CE), do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (Sindijudiciário/ES), do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Saúde e Previdência Social do Estado do Pernambuco (SINDSPREV/PE), do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância de Minas Gerais (SINJUS/MG), do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado do RS (Sindiágua) e da Associação dos Servidores da UFRGS e UFCSPA (ASSUFRGS).



Apresentação do Jurídico



Momento cultural



Oficina



Apresentação Dra. Jane

7 HORAS - Pleno rejeita jornada e vira as costas aos trabalhadores

No dia 3/10, por maioria – foram somente quatro votos favoráveis – os magistrados negaram o pedido de reconsideração feito pelo Sindicato em relação a jornada de sete horas.

A partir disso, a assessoria jurídica da entidade buscará outros caminhos para recolocar a questão em debate. Os encaminhamentos ainda estão sendo avaliados.

Os trabalhadores, que lotaram o auditório do Pleno, também tiveram negado pedido de manifestação que seria feito pela assessoria jurídica.

Na sessão, os Desembargadores reafirmaram o expe-



Foto: Maria Rosa Junges

diente das 9h às 18h e jornada de oito horas, com uma de intervalo. Sequer levaram em consideração a posição do Desembargador Aristides Pedroso de Albuquerque Neto, que ressaltou que o TJRS tinha a oportunidade de acabar com a insatisfação da categoria, com inúmeras deci-

sões contrárias aos trabalhadores, se garantisse a jornada de 7 horas, pleito mais que legítimo.

Prejuízo generalizado

A decisão do Pleno prejudica a maioria dos trabalhadores do 1º e 2º Graus. A Administração optou pela continuidade de uma situa-

ção funcional que está se tornando insustentável.

Outras demandas

O TJRS há tempos vem negando inúmeras demandas dos trabalhadores. Não reconheceu a jornada de sete horas, insiste no cumprimento de metas abusivas e se nega a discutir a implantação de data-base.

O Sindicato lamenta a atitude do Tribunal que, mais uma vez, vira as costas aos trabalhadores. Reitera que a medida só dependia de vontade política da Administração, já que não teria impactos financeiros, traria ganhos em qualidade de vida para os servidores e de atendimento à população.

Congresso Latinoamericano de Servidores do Judiciário defendeu valorização do servidor

Foto: Maria Rosa Junges



O Sindjus/RS participou, de 28 a 30/9, em Brasília, do X Congresso Latinoamericano dos Trabalhadores do Judiciário.

O encontro, que reuniu representantes dos Judiciários de mais de 12 países, além do Brasil, debateu temas como acesso à Justiça, PEC 190, Planos de Carreira, organização sindical, negociação coletiva, direito de greve, foro sindical/gremial e

proteção do direito sindical.

Durante o Congresso foram colocadas experiências dos judiciários de diferentes países. Ao final, foi eleita a nova direção da Confederação Latino Americana dos Servidores do Judiciário. Maria José Silva (Zezê), Presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário da Bahia/BR, será a Presidente da Confederação no próximo período.

NONOAI

A Oficiala de Justiça, Marja Lopes de Lima, realizou, dia 14/9, palestra no Colégio Vicentino N. Sra. Das Graças em Nonoai sobre os Direitos dos Idosos para voluntárias da Pastoral da Pessoa Idosa. As questões mais debatidas foram os direitos fundamentais inerentes

à pessoa humana, os instrumentos legais e as políticas públicas existentes no sentido de assegurar a preservação da saúde física e mental do idoso, seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

PASSO FUNDO

A administração do TJRS inaugurou, dia 23/9, as obras de ampliação do Foro local. Os cinco andares do prédio antigo foram interligados por uma passarela ao novo prédio anexo que possui sete andares. Na parte nova funcionarão a Vara de Família, o Juizado Especial Cível e as Varas Cíveis, com exceção da 1ª Vara especializada da Fazenda Pública. Para os trabalhadores, além de ambientes adequados ao trabalho, é preciso que o TJRS olhe também para os aspectos hu-

manos. Em Passo Fundo, em recente audiência pública, foi constatada uma situação de caos, que se repete em diversas comarcas. Na audiência, ficou evidente que apenas construir prédios não resolverá os graves problemas do Judiciário. As soluções passam, primeiramente, pela valorização do servidor e adoção de medidas que ampliem a qualidade de vida, como a implantação do PCS e adoção da jornada de sete horas.

FÓRUM DO 4º DISTRITO

Foi inaugurado no dia 30/9, o novo prédio do Foro Regional do 4º Distrito da Capital. O prédio fica na Av. Pernambuco, 649, onde tra-

mitam 13.725 processos, distribuídos em duas Varas Cíveis, uma Criminal, um Juizado Especial Criminal e um Juizado Especial Cível.

PONTO DE VISTA

Existe uma grande diferença entre SERVIDOR PÚBLICO e EMPRESÁRIO.

Para os servidores públicos a lei é uma coisa relativa, mesmo que seja a constituição.

Para os empresários qualquer lei ou acordo com o governo é tratado como cláusula pética.

Explico: Os Estado do RS tem concedido anistias, isenções e renúncias fiscais que importam, ao todo, quase um terço do orçamento do estado. Ou seja, de concessões e renúncias é concedido aproximadamente cinco bilhões por ano. E o pior é que essas concessões são para quando muito cem empresas. Esclarecendo, cem empresas deixam de pagar ao Estado do RS aproximadamente cinco bilhões por ano.

Porém, se se falar em reduzir ou cassar essas renúncias, isenções, etc fiscais, o empresariado ingressará na JUSTIÇA para dizer que o contrato, acordo, tratado ou lei estadual deve ser cumprido, e a JUSTIÇA dirá com todas as letras ser obrigatório o cumprimento das regras estabelecidas entre o Estado e os Empresários.

Já os servidores, se ingressarem na justiça alegando que o Estado está descumprindo a REGRA CONSTITUCIONAL que determina a revisão anual dos vencimentos dos servidores, a JUSTIÇA dirá com todas as letras que não poderá obrigar o Estado a cumprir essa norma, pois ela é relativa.

Ora, é bestial a valoração dos valores em jogo.

Para uma seleta classe de mega empresários e, por

assim dizer, donos do poder, a lei tem um valor; já para milhões de servidores, a lei tem outro valor bem diferente.

Vejam, se esses seletos empresários pagassem impostos e não fossem agraciados por benesses e privilégios, os servidores do Estado não precisariam reclamar ou fazer greves, pois sobraría dinheiro para pagar descendentemente todos os servidores.

O mais triste é saber que essas renúncias e isenções são concedidas somente para empresário rico, pois aos empresários médio ou pobre, a carga tributária é aplicada sem perdão, sem anistia, sem isenção, sem renúncia.

Ou seja, caros colegas servidores, estamos vivendo tempos estranhos, onde o Estado serve para agraciar e proteger os poderosos, e a lei é apenas um instrumento para justificar os atos praticados, em uma retórica de justificação.

Assim, vamos parar imediatamente de lutar por salários. Mas vamos implementar a luta agora pela igualdade de todos perante o Estado. Que todos paguem impostos sem isenção ou renúncia fiscal. Que sejam todas as leis ou contratos com o estado relativizados, como são os direitos constitucionalmente previstos para os servidores.

LUTEMOS ENTÃO PELO FIM DAS ISENÇÕES E RENÚNCIAS FISCAIS.

Adalberto Paulo Klock,
Distribuidor/Contador,
Comarca de Três de Maio

Por um Judiciário mais transparente e ético

Recentemente, as declarações da Ministra Elaine Calmon, Corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em entrevista à Associação Paulista de Jornais, causou uma crise no Judiciário. Chocou e melindrou alguns setores. E não é de espantar. São comuns denúncias de corrupção nos poderes Legislativo e Executivo. Mas o Judiciário tem sido ainda um Poder intocável, hermético e pouco transparente.

Revirando as entranhas

Mas as entranhas do poder agora começam a vir à tona. E não é muito bom o que vem surgindo. As declarações da Ministra, que ganhou o apoio de diversos segmentos e instituições, apenas escancaram uma realidade que não saia nas manchetes de jornais.

Uma pesquisa feita pelo jornal O Estado de S. Paulo no sistema processual do CNJ mostra que 18 de 29 atuais e recentes Corregedores de Tribunais de Justi-

ça respondem ou responderam a processos no próprio órgão. Dois, do RJ e AM, já foram afastados por irregularidades graves. Dos 27 presidentes dos Tribunais de Justiça do País, 15 têm processos em tramitação ou arquivados. Muitos deles se viram ameaçados de punição pelo CNJ.

Santo de Casa

O STF insiste que os magistrados que ocorrerem em falta, devem ser avaliados em seus próprios tribunais, que têm autonomia para apurar irregularidades e julgar os juízes. Mas a Corregedora defende que quando a cúpula dos tribunais está envolvida em suspeita de irregularidades, os seus pares quase sempre não possuem força própria para levar adiante as investigações. Ou seja, vale a máxima que santo de casa não faz milagre.

Já para a OAB, o Judiciário é muito fechado a investigações e só haverá justiça forte se o Conselho for forte.



Transparência urgente

A Associação Juizes para a Democracia (AJD), outra entidade que se manifestou em defesa do poder do CNJ de julgar juízes, defende o controle externo do Poder Judiciário. Para a Associação, a sociedade precisa controlar os juízes, e os juízes precisam desse controle para legitimar sua própria atuação. Para o órgão, a fala da Corregedora revela que existem, infelizmente, juízes que se desviam de sua conduta e que, portanto, devem ser submetidos à correção.

Para o Sindjus estes fatos apenas reforçam a necessária e urgente transparência do Judiciário que os trabalhadores defendem há muito tempo. Tanto das questões administrativas, como financeiras.

Mostram que está, mais do que na hora, de o Judiciário abrir suas portas à sociedade. E, por questões de ética, implementar o controle social no Poder.

Dia 27/10/2011 – Marcha dos Sem

De 10 a 13/11/2011 - 8º CONGRESSO DA FENAJUD, em Maceió/AL

De 14 a 21/11/2011 – Semana da Consciência Negra – Quilombo Central, Largo Zumbi dos Palmares (antigo Largo da EPATUR), em POA

Dia 21/11/2011 – às 17h, Marcha Estadual Zumbi dos Palmares contra o racismo pela Vida – Concentração a partir das 14h, no Largo Glênio Peres (ao lado do Mercado Público), em POA.

SITE - O site “Meu Salário”, traz informações sobre o mundo do trabalho.

É coordenado no Brasil pelo DIEESE. O site traz informações sobre salários, emprego, saúde, direitos e condições de trabalho. No endereço, o internauta pode comparar seu salário com o de trabalhadores que exercem a mesma ocupação e responder a uma pesquisa sobre salário e condições de trabalho. Presente em quase 60 países, a iniciativa pretende contribuir com a melhora de salários e condições de trabalho no mundo. O “Meu Salário” conta ainda com uma entrada específica para as mulheres trabalhadoras. No link “Meu Salário Mulher”, a visitante poderá encontrar informações sobre comportamento, direitos, emprego e renda, e saúde no trabalho.

